

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE PESCA DESPORTIVA



REGULAMENTO GERAL DOS CAMPEONATOS NACIONAIS E REGIONAIS DE BÓIA

ÁGUA DOCE - 2018

(Revisto em 12 Dezembro de 2017)

ARTº 1 - OBJECTO

O presente regulamento estabelece os princípios reguladores dos Campeonatos Nacionais e Regionais de Boia - Água Doce, sendo complementado pelo Regulamento Administrativo para a Competição e por Regulamentos Específicos para cada Campeonato. Os Campeonatos regidos por este regulamento são os seguintes:

- §1. Campeonato Nacional da 1ª Divisão de Clubes.
- §2. Campeonato Nacional da 2ª Divisão de Clubes.
- §3. Campeonato Nacional da 1ª Divisão Individual.
- §4. Campeonato Nacional da 2ª Divisão Individual.
- §5. Campeonato Nacional da 3ª Divisão Individual.
- §6. Campeonato Nacional de Deficientes.
- §7. Campeonato Nacional de Esperanças.
- §8. Campeonato Nacional de Iniciados.
- §9. Campeonato Nacional de Juniores.
- §10. Campeonato Nacional de Juvenis.
- §11. Campeonato Nacional de Senhoras.
- §12. Campeonato Nacional de Veteranos.
- §13. Campeonatos Regionais (Individuais e Clubes).

ARTº 2 – CAMPEONATOS

§1. Os campeonatos disputam-se de acordo com os princípios da Pesca de Competição com flutuador (boia), o qual consiste no ato piscatório praticado com cana com ou sem carreto, utilizando um flutuador para a sinalização dos toques das espécies a capturar.

§2. Os Campeonatos distinguem-se em Individuais e de Clubes (coletivos).

§3. Os direitos de participação e orgânica dos campeonatos, serão publicados no Regulamento Específico e Mapas reguladores dos respetivos Campeonatos indicado no ARTº 1.

§4. Nos Campeonatos Nacionais e Regionais de Clubes, durante todo o campeonato, cada clube poderá utilizar um pescador estrangeiro, desde que devidamente filiado na Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, não podendo esse pescador participar em qualquer campeonato de clubes de outro país no mesmo ano.

§5. Nos Campeonatos Individuais, os pescadores estrangeiros podem participar após envio de requerimento à Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, comprovando o direito que lhe assiste, não podendo esse pescador participar em qualquer campeonato outro país no mesmo ano. Caso um pescador estrangeiro se apure para o Campeonato do Mundo Individual, o mesmo terá que, na altura da participação, possuir cidadania Portuguesa.

§6. A realização dos Campeonatos Regionais, são da responsabilidade de cada Associação, a qual tomando por base as suas potencialidades e realidades, deverá estruturar o seu quadro competitivo de forma a enquadrar-se nas regras gerais constantes deste regulamento.

§7. A eventual realização de Campeonatos Regionais não previstos, carece de aprovação da Direção da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, sob parecer do seu Vice-Presidente para a Área de Água Doce a requerimento da Direção da Associação Regional.

§8. Os Clubes e pescadores participantes nos Campeonatos Regionais, terão acesso à participação nos Campeonatos Nacionais de acordo com o estipulado em cada um dos respectivos Regulamentos Específicos destes.

§9. Pescadores do sexo masculino, inseridos no Campeonato Nacional de Juniores ou Esperanças, com idade igual ou superior a 16 anos, podem acumular e participar no Campeonato Individual Sénior, iniciando sempre o percurso nas provas Regionais, sujeitando-se às suas normas e condicionalismos ao nível dos calendários de provas.

§10. Pescadoras do sexo feminino, inseridas no Campeonato Nacional de Juniores ou Esperanças, com idade igual ou superior a 16 anos, podem acumular e participar no Campeonato Individual de Senhoras, sujeitando-se às suas normas e condicionalismos ao nível dos calendários de provas.

§11. Pescadores Veteranos, inseridos no Campeonato Nacional de Veteranos, podem acumular e participar no Campeonato Individual Sénior, iniciando sempre o percurso nas provas Regionais, sujeitando-se às suas normas e condicionalismos ao nível dos calendários de provas.

ARTº 3 – DATAS E HORÁRIOS

§1. Anualmente será publicado um mapa regulador do Campeonato indicado no ARTº 1, onde constarão as respetivas datas e horários de cada prova. Para as provas Regionais, a responsabilidade da publicação do mapa regulador é de cada Associação Regional.

§2. Não é permitido pescar e/ou engodar na área da prova, nas 12 horas que antecedem o início da prova, exceto quando se realizem duas provas no mesmo dia.

ARTº 4 - ESCALÃO ETÁRIO

§Único. Anualmente serão publicados os Regulamentos Específicos dos Campeonatos indicados no ARTº 1, onde constarão os escalões etários dos pescadores que podem participar nos diferentes campeonatos.

ARTº 5 - COMPRIMENTO MÁXIMO DAS CANAS

§1. As canas a utilizar em provas deste campeonato, não poderão ultrapassar as dimensões máximas estipuladas pela FIPS-ed.

§2. O comprimento máximo linear, fica estipulado em:

- a) Campeonato Nacional e Regional de Clubes: treze metros;
- b) Campeonato Nacional da 1ª, 2ª e 3ª Divisão Individual: treze metros;
- c) Campeonato Regional Individual: treze metros;
- d) Campeonato Nacional de Deficientes: onze metros e meio;
- e) Campeonato Nacional e Regional de Esperanças: treze metros;
- f) Campeonato Nacional e Regional de Juniores: onze metros e meio;
- g) Campeonato Nacional e Regional de Juvenis: dez metros;
- h) Campeonato Nacional e Regional de Iniciados: oito metros e meio;
- i) Campeonato Nacional e Regional de Senhoras: onze metros e meio;
- j) Campeonato Nacional e Regional de Veteranos: onze metros e meio.

ARTº 6 - LOCAL DE PESCA

§1. Anualmente serão publicados os Regulamentos Específicos dos Campeonatos indicados no ARTº 1, onde constarão os locais de pesca em que decorrerá cada prova dos respetivos campeonatos. Para as provas Regionais, a responsabilidade da publicação do mapa regulador é de cada Associação Regional.

§2. O local de pesca terá as seguintes zonas:

- ZONA DE OCUPAÇÃO OU PESQUEIRO: Toda a área de solo atribuída a cada pescador, a qual é delimitada lateralmente por duas linhas perpendiculares ao curso de água que distarão, entre si, um mínimo de 10 metros e um máximo de 20 metros, à frente pela linha de água e atrás por uma linha paralela à linha de água e a uma distância sempre que possível não inferior a 10 metros.
- ZONA DE PESCA: Zona hídrica, onde o pescador pode pescar e engodar e que compreende toda a área entre o prolongamento das linhas que delimitam o pesqueiro.

§3. Em rios, canais, ou outros locais de água corrente, o pesqueiro número um, será o situado mais a jusante. Em lagos, ou outros locais de águas paradas, o pesqueiro número um, será o situado mais à esquerda, estando o indivíduo de frente para a massa de água.

§4. O centro do pesqueiro está localizado no centro da área delimitada e deverá ser assinalado pela colocação do número ou placa identificativa.

§5. O percurso selecionado, deverá se possível, apresentar condições de pesca iguais para todos os concorrentes e deve evitar dentro do possível as interrupções das linhas elétricas, pontes, etc. O percurso não deve apresentar qualquer tipo de perigo para os concorrentes, devendo permitir a pesca de margem sem penetrar na água.

Único) Se o percurso for atravessado por linhas elétricas, é interdita a marcação de pesqueiros a menos de 40 metros lineares da prumada das mesmas.

§6. Para uniformizar as condições de pesca, se as margens forem irregulares, a organização, com a supervisão do Júri, aquando da marcação dos pesqueiros, poderá colocar uma demarcação artificial (fita por exemplo), que será tida como sendo a linha de água. Esta delimitação, pode obrigar a que em alguns pesqueiros, o pescador não possa estar junto à real linha de água, tendo de ficar colocado atrás dessa demarcação.

ARTº 7 – IDENTIFICAÇÃO

§1. Sempre que solicitado pelo Júri, é obrigatória a apresentação do cartão de filiado. Na sua ausência, o pescador poderá identificar-se com documento de identificação válido, onde conste a sua fotografia.

§2. Em todas as provas de Clubes, os Delegados deverão apresentar a licença de pesca desportiva atualizada e válida para o local, acompanhada do cartão de filiado ou de um documento identificativo de todos os seus pescadores inscritos para participar na prova.

§3. Nas provas de Clubes, Clube que não apresente licença de pesca desportiva de um ou mais que um dos seus pescadores nos termos referidos no ponto §2., terá, obrigatoriamente, que enviar cópia legível para a sede da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, no prazo máximo de 2 dias úteis, via fax, e-mail ou correio registado.

§4. Nas provas Individuais, na primeira prova do campeonato, é obrigatória a apresentação de licença de pesca desportiva atualizada e válida para todos os locais e datas em que se irá disputar o campeonato, emitida pela entidade competente, bem como do cartão de filiado ou de um documento identificativo. Se a licença apresentada não for válida para todos os locais e datas em que se irá disputar o campeonato, o pescador fica obrigado a apresentar licença válida para cada local, em cada uma das restantes provas do campeonato.

§5. Nas provas Individuais, pescador que não apresente licença de pesca desportiva nos termos referidos no ponto §4., terá, obrigatoriamente, que enviar cópia legível para a sede da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, no prazo máximo de 2 dias úteis, via fax, e-mail ou correio registado.

ARTº 8 – ESPECIES PONTUÁVEIS

§ÚNICO. São válidas todas as espécies de peixes, com ou sem medida.

ARTº 9 – SORTEIO DE SECTORES E PESQUEIROS – PROVAS DE CLUBES

§1. Para cada prova, a equipa representativa de cada Clube, será composta por cinco pescadores titulares, um suplente, um delegado e um capitão (treinador). Excecionalmente, no caso de existirem sectores separados por mais de um quilómetro, será admissível a existência de dois capitães. Nas provas Regionais, caso a Associação assim o entenda, o número de pescadores titulares pode ser de apenas quatro.

§2. As provas serão disputadas em cinco sectores homogéneos, nos quais competirá um elemento de cada Clube. Nas provas Regionais, caso a Associação assim o entenda, as provas podem ser disputadas em quatro sectores homogéneos.

§3. Cada clube tem que indicar qual o seu pescador que vai atuar em cada uma das zonas. Tal indicação será dada através dos preenchimentos da ficha individual de pesagem e da ficha geral de prova, onde serão indicados os cinco pescadores titulares distribuídos por zona, o(s) suplente(s), o delegado e o capitão (treinador).

§4. Na primeira prova do campeonato é sorteada a ordem dos clubes que irá vigorar nos sorteios.

§5. O sorteio deverá ser condicionado, de modo a não permitir que durante o campeonato, um clube tenha mais que um dos seus pescadores colocado num dos pesqueiros de uma extremidade, sem que primeiro todos os clubes usufruam dessa condição. Entende-se por extremidade, sempre que à esquerda ou à direita de um pesqueiro ocupado, não esteja outro na mesma situação, a uma distância inferior a quarenta metros.

§6. O sorteio deverá ser condicionado, de modo a não permitir que dois pescadores do mesmo clube se situem em pesqueiros contíguos (ultimo pesqueiro de uma zona e primeiro da zona seguinte, se marcadas sem interrupção).

§7. Quando todos os clubes já tiverem usufruído da situação de extremidade (ponta), voltam todos a poderem usufruir dessa condição.

§8. Só entram no sorteio:

- a) Os clubes que tenham procedido à assinatura da folha de presença, até à hora de início do sorteio;
- b) Os clubes que até à hora de início do sorteio, tenham contactado o Júri, informando que por motivo imprevisto de força maior, ainda estão em trânsito.

§9. Se algum dos clubes presentes não tiver disponíveis os cinco pescadores, deverá antes do sorteio indicar esse facto ao Júri, que poderá anular pesqueiros.

Único) Para um clube ser classificado numa prova, não pode na mesma ter mais do que um pescador em falta.

§10. Em alternativa ao tradicional sorteio manual através da extração de objetos numerados, poderá o sorteio ser efetuado através de programa informático, o qual tem obrigatoriamente que respeitar todas as condicionantes acima indicadas.

§11. Sempre que ocorra lesão ou doença súbita de um dos pescadores titulares, pode o mesmo ser substituído pelo suplente, tendo este no entanto que efetuar a sua ação de pesca com o equipamento, iscos e engodos já presentes no pesqueiro salvo se ainda não tiver começado o controlo de iscos, conforme ponto §9. do ARTº 14.

ARTº 10 – SORTEIO DE SECTORES E PESQUEIROS – PROVAS INDIVIDUAIS

§1. De acordo com o número de inscritos para disputar o Campeonato Nacional, será apurado o número de sectores que são necessários.

§2. Os concorrentes serão distribuídos por sorteio efetuado pelo Júri, em sectores homogéneos de oito pescadores cada. Se eventualmente não for possível que todos os sectores tenham oito pescadores, os pescadores que compõem este sector incompleto farão conjunto com os pescadores que lhe fiquem mais próximos, do sector imediatamente anterior, para efeitos de classificação. Para tanto não poderá haver pontas entre estes dois sectores.

Único) O sorteio de pesqueiros será sempre efetuado pela ordem da listagem de inscrição dos pescadores (número mais baixo para o maior).

§3. Só entram no sorteio:

- a) Os pescadores que tenham procedido à assinatura da folha de presença, até à hora de início do sorteio;
- b) Os pescadores que até à hora de início do sorteio, tenham contactado o Júri, informando que por motivo imprevisto de força maior, ainda estão em trânsito.

§4. O sorteio deverá ser condicionado, de modo a não permitir que durante o campeonato, um pescador fique colocado mais do que uma vez num dos pesqueiros de uma extremidade ou seguinte (ponta e sub-ponta), sem que primeiro todos os pescadores usufruam dessa condição (ficarem colocados em ponta ou sub-ponta). Quando todos os pescadores já tenham usufruído da situação acima, inicia-se nova ronda, sendo que quem na ronda anterior usufruiu de um pesqueiro de extremidade (ponta) nesta segunda só poderá usufruir de um pesqueiro a seguir à extremidade (sub-ponta) e vice versa. Se houver necessidade de uma terceira ronda, volta a aplicar-se o previsto para a primeira ronda e assim sucessivamente. Entende-se por extremidade, sempre que à esquerda ou à direita de um pesqueiro ocupado, não esteja outro na mesma situação, a uma distância inferior a quarenta metros.

§5. Em alternativa ao tradicional sorteio manual através da extração de objetos numerados, poderá o sorteio ser efetuado através de programa informático, o qual tem obrigatoriamente que respeitar todas as condicionantes acima indicadas.

ARTº 11 - NORMAS A OBSERVAR NUM PESQUEIRO

§1. O concorrente pode posicionar-se à esquerda ou à direita, do centro do pesqueiro, desde que não se afaste mais de quatro metros e meio do centro deste.

§2. Independentemente do posicionamento do concorrente, a sua área de ação ou zona de pesca continuará sempre a ser delimitada pelas duas linhas que separam a zona de pesca das zonas neutras, à esquerda e à direita.

§3. O concorrente pode mover-se livremente dentro do seu pesqueiro, mas de uma forma discreta e silenciosa. O concorrente não pode entrar noutro pesqueiro, salvo de devidamente autorizado pelo concorrente nele colocado.

§4. É desaconselhada a permanência de “ajudas” ou outras pessoas (excetuando o treinador), para além das fitas ou outras marcas de delimitação do pesqueiro, cabendo ao pescador também zelar pelo cumprimento desta diretriz.

§5. Nas Provas de Clubes, exclui-se dessa situação, o capitão, que pode entrar nos pesqueiros ocupados por pescadores do seu clube. Em percursos com zonas afastadas mais de mil metros, é permitido que ao suplente seja atribuído este direito, mas não deverão os dois elementos estar, em simultâneo, dentro do mesmo pesqueiro.

§6. Nas Provas de Iniciados e Juvenis, é permitida a permanência de “ajudas” ou outras pessoas para além das fitas ou outras marcas de delimitação do pesqueiro, cabendo ao pescador a autorização. O posicionamento correto deste elemento deverá ser atrás do pescador, no mínimo a três metros, e nunca ao lado ou junto à margem.

§7. A movimentação dos “ajudas” e suplente deve ser estritamente efetuada na zona traseira ao posicionamento do concorrente, sendo expressamente proibida a permanência junto da margem. Os “ajudas” autorizados que desejem sentar-se ou manter-se junto do concorrente durante longos períodos de tempo devem, obrigatoriamente, colocar-se, no mínimo, a 3 metros do posicionamento do concorrente.

ARTº 12 – ISCOS E ENGODOS

§1. A composição dos iscos e engodos deve ser de origem natural. É proibida a utilização de produtos de origem metálica, bem como de origem artificial, tal como por exemplo, imitações de iscos naturais.

§2. Por isco, entende-se toda a matéria de origem animal, insectos, vermes, etc. utilizada para colocar no anzol ou para acompanhar o engodo e que engloba: “asticot”, “pinkies”, “casters”, “ver-de-vase”, “fouilli”, minhocas, etc. É

proibida a utilização de qualquer tipo e tamanho de granulado, “boillies” ou aglomerados de farinha como isco para utilizar no anzol.

Único) Excetua-se o uso do pão, mas somente quando no mapa regulador do Campeonato indicado no ARTº 1, constar tal permissão. Quando o seu uso como isco for autorizado, para efeito do disposto no ARTº 13, o pão será considerado como engodo.

§3. Os iscos não podem ser amassados, colados ou pendurados por método de cabelo ou “o-ring” no ou sobre o anzol. Os iscos têm obrigatoriamente que ser espetados pelo anzol.

§4. Por engodo, entende-se toda a matéria inerte ou de origem vegetal, utilizada para atrair o peixe, podendo ser lançada separadamente como alimento e que engloba: farinha, terra, gravilha, sementes cozidas ou cruas, etc. É proibida a utilização de qualquer tipo e tamanho de granulado e “boillies” como engodo.

§5. É vedado aos pescadores, utilizar como isco ou engodo, ovas de peixe ou outros componentes que a lei proíba.

§6. É vedado aos pescadores, utilizar como isco ou engodo, peixes vivos ou mortos.

§7. Terminada a prova, é vedado aos pescadores deitar para dentro de água os iscos e engodos sobrantes. Devem assim transportá-los de volta e dar-lhes o destino que entendam por conveniente.

§8. A adição de qualquer aditivo líquido aos iscos ou engodos, só pode ser efetuada antes do controle dos mesmos.

ARTº 13 - LIMITAÇÃO DE ISCOS E ENGODOS

§1. Anualmente, para cada campeonato, será publicado um mapa regulador do Campeonato indicado no ARTº 1, onde constarão os limites de iscos e engodos a usar por cada pescador em cada prova, tendo em vista a época, locais e cursos de água.

§2. Cabe ao Júri o controle de iscos e engodos. Nos Campeonatos Nacionais, todos os pescadores devem ser controlados. Nos Campeonatos Regionais, o Júri pode decidir controlar integralmente todos os pescadores ou parcialmente, por sorteio.

§3. Se o Júri optar por fiscalizar parcialmente os participantes, a escolha dos concorrentes a controlar, será feita por sorteio efetuado por um ou mais elementos do Júri, junto de um dos pescadores das extremidades da zona.

§4. O Júri pode inspecionar todo o equipamento do pescador, que se encontre dentro do pesqueiro, no sentido de procurar eventuais iscos e engodos não apresentados a controlo. De modo a não ferir suscetibilidades, para este tipo de controlo, deve ser preferencialmente adotado um critério uniforme, ou são todos controlados, ou os pescadores são controlados por sorteio.

§5. O período de controlo de iscos e engodos, decorrerá entre os 70 e os 25 minutos que antecedem o início do período de engodagem.

§6. Os engodos deverão ser medidos molhados e soltos, não podendo ser peneirados, crivados ou mexidos utilizando qualquer artefacto que não as mãos, após o controlo. Após o controlo, apenas pode ser adicionada água aos engodos através de pulverizadores em spray e somente depois da engodagem inicial.

§7. Os iscos e os engodos serão medidos em litros e/ou em quilos, conforme for estipulado no mapa regulador do Campeonato indicado no ARTº 1.

§8. Se no mapa regulador do Campeonato indicado no ARTº 1, for definido que os iscos serão medidos em litros, estes devem ser apresentados ao Júri dentro de recipientes com a indicação da medida de capacidade indicada no mapa regulador. No caso da areia e/ou gravilhas, podem ser apresentadas em medidas que cumpram com o volume definido (por exemplo garrafas de água). Quando da chegada do Júri, junto do pescador para proceder ao controlo dos iscos e engodos, estes já deverão estar dentro dos recipientes os quais deverão ser apresentados fechados, sem nada que auxilie a sua manutenção neste estado, por exemplo fita adesiva.

§9. Pescador que viole os limites indicados no ponto §1., além da respetiva penalização, verá os iscos e/ou engodos que violem esses limites, reduzidos aos mesmos pelo Júri.

§10. Antes do sinal de entrada nos pesqueiros ser emitido, os iscos e engodos podem ser manipulados pelo pescador ou por uma outra pessoa, fora do pesqueiro. Após este sinal e antes do início do controlo de iscos e engodos ser efetuado, estes podem ser manipulados pelo pescador dentro do pesqueiro ou por outra pessoa fora do pesqueiro. Após o início do controlo de iscos e engodos, estes só podem ser manipulados pelo pescador dentro do pesqueiro

§11. Após o controlo ter início, é proibida a entrada de qualquer isco ou engodo adicionais para dentro do pesqueiro. Eventuais exceções, por motivos devidamente justificados, são da exclusiva competência do Júri da prova, mas as mesmas terão que ocorrer sempre antes do início da engodagem.

§12. Para o controlo dos engodos, deve ser utilizado recipiente com indicação da medida de capacidade segundo as normas internacionais e os engodos devem ser transferidos para esse mesmo recipiente para comprovar o total de litros propostos a controlo. Caso sejam disponibilizados diversos tipos de engodo, várias medições sucessivas e cumulativas devem ser efetuadas.

ARTº 14 - CONTROLADORES

§1. A presença de controladores é desejável mas não obrigatória.

§2. Sempre que existam controladores, estes devem posicionar-se à retaguarda esquerda ou direita do pescador, de modo a poderem vigiar e contar os exemplares capturados, sem no entanto incomodar os pescadores.

§3. Sempre que existam controladores se o pescador efetuar uma captura não válida, o controlador dará indicação ao pescador nesse sentido.

§4. Sempre que existam controladores, depois de cada captura, o controlador deve registá-la na ficha de controlo de quantidade de exemplares capturados.

§5. Cada controlador poderá no máximo controlar dois pescadores.

§6. Os controladores deverão conhecer os regulamentos aplicáveis de modo a auxiliarem o Júri.

ARTº 15 - ACTUAÇÃO DOS PESCADORES EM COMPETIÇÃO

§1. A atuação de um pescador em competição, rege-se pelo estrito cumprimento das normas da pesca de competição sob a égide da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, constantes neste regulamento, no Regulamento Administrativo para a Competição, no mapa regulador indicado no ARTº 1 e noutros aplicáveis.

§2. Os pescadores devem prestar a máxima atenção às instruções que lhe são transmitidas, antes de entrega dos documentos, nomeadamente quanto a horários e outras indicações.

§3. É proibido qualquer tipo de ajuda que ultrapasse o transporte de material até à entrada do pesqueiro. Excluem-se desta proibição as seguintes situações:

- a) Caso de emergência, acidente e/ou doença súbita;
- b) Fornecimento de líquidos para consumo próprio;
- c) No desbloquear de uma cana bloqueada;
- d) No fornecimento de um elemento de cana fraturada. O elemento de cana de substituição só poderá entrar no pesqueiro sob controlo do Júri, ou na ausência deste por perto, tal controlo deverá ser efetuado pelos dois pescadores colocados mais perto do pescador visado;
- e) No fornecimento de cana, somente no caso de pescador ter quebrado cana idêntica em ação de pesca ou acidente. A cana de substituição, cujo comprimento máximo não poderá exceder o comprimento da anterior, só poderá entrar no pesqueiro sob controlo do Júri, ou na ausência deste por perto, tal controlo deverá ser efetuado pelos dois pescadores colocados mais perto do pescador visado.

§4. O período de preparação do material deve ser de cento e vinte minutos, incluindo o período para engodagem.

§5. Cada prova terá os pescadores divididos por sectores uniformes e terá a duração prevista no Regulamento Específico de cada campeonato.

§6. Em cada prova haverá nove toques, sendo que deverão ter uma duração breve e o seu início marca a sua efetividade:

- 1º 180 minutos antes do início da prova, que dá início à concentração;
- 2º 165 minutos antes do início da prova, que dá início ao sorteio;
- 3º 120 minutos antes do início da prova, que permite a entrada dos pescadores e respetivo equipamento nos pesqueiros;
- 4º 85 minutos antes de começar a prova, que indica que o controle de iscos e engodos vai começar daí a 5 minutos;
- 5º Aviso que terminou o controle de iscos e engodos;
- 6º 10 minutos antes do início da prova, que permite o início da engodagem sem restrições;
- 7º À hora de início, que permite o início da ação de pesca;
- 8º 5 minutos antes do fim da prova, que indica que faltam 5 minutos para terminar a prova;
- 9º À hora do fim da prova, que indica que terminou o período de ação de pesca;

§7. Antes do toque de entrada para os pesqueiros, é interdito ao pescador começar a preparar o seu equipamento (montar plataformas, rolos, canas, etc), podendo, no entanto, colocá-lo à entrada do pesqueiro (dentro ou fora).

§8. Após o toque de entrada nos pesqueiros, o pescador pode entrar com o equipamento para dentro do mesmo e começar a prepará-lo, sondar a profundidade da água, colocar a manga na água, etc.

§9. Antes do início do período de controlo de iscos e engodos, pode ser fornecido ao pescador qualquer equipamento para dentro do pesqueiro desde que não esteja montado. Após o início deste controlo, o único equipamento que pode ser fornecido ao pescador para dentro do pesqueiro, é o indicado nas alíneas d) e e) do §3..

§10. O período de engodagem sem restrições, decorre nos dez minutos que antecedem o início da prova e é obrigatório ser feita pelo pescador. As bolas de engodagem, só podem ser feitas pelo pescador, após o controlo de iscos e engodos.

§11. Após o início da prova, somente é admissível a engodagem de “rappel” discretamente e com bolas confeccionadas com uma só mão, sem o apoio de objetos, como as paredes do balde ou de qualquer parte do corpo. Estas bolas não podem ser feitas antes do sinal de início do período de engodagem.

§12. Em caso de utilização de “asticot” colado, apenas no momento de preparação do mesmo, anterior ao início da prova, poderão ser adicionadas as substâncias nas alíneas abaixo indicadas. Após o início da prova:

- a) Apenas é permitida a recolagem dos “asticots” com cola específica (em pó ou granulada) e água;
- b) É permitida a passagem das mãos por qualquer tipo de farinha (para evitar que se colem às mãos);
- c) É permitida a junção de areia/gravilha, desde que não ultrapasse o limite estipulado no Regulamento Específico do Campeonato;
- d) A junção de outras substâncias, exceto as indicadas nas alíneas anteriores, fica expressamente proibida.

§13. Só é autorizada a engodagem, à mão, com fisga manipulada com as duas mãos, ou com um “copo de engodagem” aplicado numa cana conhecida como de pesca à francesa.

§14. As bolas de engodagem devem ser preparadas e enviadas para a água sem recurso a qualquer objeto para as conter, tais como caixas, redes, mangas solúveis, etc.

§15. Na engodagem efetuada com “copo de engodagem”, apenas é permitida a permanência de uma cana sobre a superfície da água. É permitida a utilização do “copo de engodagem” na extremidade da cana, durante a ação de pesca.

§16. Após o início do 9º sinal, não é válido mais nenhum peixe, a não ser que já se encontre totalmente fora de água. Se este não se encontrar totalmente fora de água, o pescador deverá devolvê-lo de imediato ao seu meio ambiente.

§17. Em ação de pesca, é proibido atuar em qualquer outro ponto para diante do que represente a margem normal da linha de água ou demarcação artificial colocada pela organização. No entanto, é permitido o uso da plataforma ou acessório equivalente com as dimensões máximas de um metro por um metro, para que o pescador possa estar em cima dela, desde que a sua estrutura não ultrapasse o limite acima indicado, no início

da prova. Plataformas adicionais podem ser colocadas na mesma linha da primeira, mas só para colocar material.

§18. Os pescadores podem ter várias canas montadas, mas apenas uma em ação de pesca.

§19. Cada cana, em ação de pesca, só poderá ter um máximo de uma linha de pesca montada, a qual deverá estar munida obrigatoriamente de boia e um único anzol simples.

§20. É interdito o uso de uma linha de pesca, em que o peso colocado na mesma, seja superior ao suportado pela boia (sobre-calibragem).

§21. Em ação de pesca, a boia tem que estar com o seu corpo totalmente imerso na água, ou seja só a antena poderá permanecer visível fora de água. São exceções ao indicado, as seguintes situações:

- a) Linhas de pesca em que o peso colocado na mesma, seja inferior ao suportado pela boia (sub-calibragem);
- b) Movimentos breves e em ato contínuo, em que a boia seja elevada e/ou pousada na água, de modo a incitar o peixe a atacar o isco. Neste movimento, a boia não pode estar parada fora de água.
- c) Boia – sinalizador composto por: antena, bojo e quilha .

§22. Nas linhas de pesca, é interdito montar em derivação, o anzol e/ou o peso necessário para calibrar a boia em parte ou na sua totalidade.

§23. É interdito colocar a massa principal do peso necessário para calibrar a boia, no leito do plano de água. Contudo até dez por cento do peso dessa massa, pode ser colocado no leito do plano de água, desde que a boia não fique sobre-calibrada. Nesta situação e caso exista corrente, seja ela provocada pela movimentação natural da massa de água ou pela ação do vento, a boia terá obrigatoriamente que manter a sua progressão natural.

§24. As boias utilizadas nas técnicas de pesca referidas no ponto anterior, tem obrigatoriamente que manter visível a gramagem aposta pelo fabricante, sejam elas de origem comercial ou artesanal. Em caso de dúvida, no fim da prova o Júri poderá apreender a montagem para conferir a verdadeira portabilidade da boia, a qual terá que ser devolvida no prazo máximo de cinco dias, salvo se for constatado que infringe o regulamentado, situação em que só será devolvida após acabarem os prazos para recurso da penalidade aplicada.

§25. Se o Júri suspeitar ou se lhe for denunciado, que está a ser infringido o articulado num dos pontos §19., §20., §21., §22., §23., §24. e §25., deve imediatamente controlar o pescador em causa, não necessitando de esperar pelo fim da prova. Está vedado ao pescador a ser controlado, alterar a composição da linha sobre a qual recaiam as suspeitas, antes de efetuado o controlo (mover a massa de peso, cortar a linha, destruir a linha, etc.). O Júri no sentido de esclarecer as suas dúvidas, pode solicitar ao pescador que altere a composição da linha (por exemplo, movendo a massa de peso). No ato de fiscalização, a linha de pesca deve ficar obrigatoriamente perpendicular à superfície do rio. Na pesca à francesa (roubasienne), não é permitido o lançamento ostensivo em frente, para trás ou para os lados. No ato de fiscalização, com uma sonda colocada na massa imediatamente acima da massa que perfaz os dez por cento necessários para calibrar a boia e que podem ser colocados no leito do rio, a boia tem que afundar completamente, aqui se incluindo toda a sua antena.

§26. A captura de um peixe com o anzol acidentalmente cravado noutro local que não a boca, é considerada válida.

§27. A captura de um peixe com o anzol ostensivamente cravado noutro local que não a boca, é considerada inválida e o exemplar deverá imediatamente ser devolvido ao seu meio ambiente.

§28. A captura de um exemplar preso noutra linha que não a do pescador (linha solta), é considerada inválida e o exemplar deverá imediatamente ser devolvido ao seu meio ambiente.

§29. Se a linha com um peixe capturado se embaraçar noutra linha de outro pescador dentro da sua área de pesca o peixe será válido se as linhas se desembaraçarem antes de finalizar a captura.

Se dois pescadores capturarem um peixe cada, e as linhas se embaraçarem uma à outra os dois peixes serão válidos se as duas linhas se desembaraçarem antes de finalizarem a captura.

No caso de duas linhas de dois pescadores se mantiverem embaraçadas uma à outra depois de terminarem a captura dos peixes, estes, não serão válidos e deverão de imediato ser devolvidos à água.

§30. É obrigatória a utilização de mangas de malha de tecido ou nylon, com a medida mínima de quarenta centímetros de diâmetro por três metros de comprimento no caso de mangas redondas ou com cinquenta centímetros de diagonal por três metros de comprimento no caso de mangas retangulares, que deverá estar durante toda a competição tão submersa quanto possível, de modo a reter os exemplares capturados em boas condições, a fim de permitir a sua devolução à água em boas condições de sobrevivência, após o acto de pesagem. Não é permitido utilizar qualquer outro sistema ou recipiente, para manter o peixe capturado.

§31. A utilização de eco sondas é interdita.

§32. Os pescadores devem prestar ao Júri, as informações e esclarecimentos que lhes forem solicitados.

§33. Salvo em caso de qualquer emergência ou razão não imputável ao pescador, no espaço de tempo compreendido entre as horas estipuladas no mapa regulador do campeonato previsto no Artº 1, como sendo a de concentração e de uma hora e meia após a hora de término da pesagem, é terminantemente proibida a entrada do pescador dentro de água, seja a título de recuperar equipamento, festejos, ou qualquer outra razão.

§32. No fim da competição o pescador ao abandonar o pesqueiro, tem obrigatoriamente que transportar consigo todo o lixo que tenha produzido, bem como a placa identificativa indicada no ponto §4. do ART 6 (esta só no segundo dia de cada conjunto de duas provas no mesmo local).

§33. Sempre que o pesqueiro apresente um volume anormalmente elevado de ervas, dentro ou fora de água, é permitido ao pescador cortá-las, mas somente até ao sinal de cinco minutos para o início do controle de iscos.

ARTº 16 – TEMPORAIS

§1. Se antes do início do período de preparação do material começar um temporal, o Júri atrasará o seu início com consequências no horário de toda a prova.

Único) Se decorrida uma hora o Júri entender que não estão reunidas as condições de segurança necessárias para a realização da prova, adiará a mesma sendo esta marcada nos termos do ponto §3.

§2. Se durante o período de preparação do material e/ou da prova, começar um temporal, o Júri dará dois toques breves e consecutivos de aviso, sendo que passado um minuto, dará novamente dois toques interrompendo a preparação / prova, devendo os pescadores abandonar o pesqueiro de imediato.

a) Se a interrupção ocorrer durante a prova, após o início do 1º toque da efetivação da interrupção (segundo conjunto de dois toques), não é válido mais nenhum peixe, a não ser que já se encontre totalmente fora de água. Se este não se encontrar totalmente fora de água, o pescador deverá devolvê-lo de imediato ao seu meio ambiente.

b) Se no prazo máximo de 30 minutos o Júri considerar estarem reunidas as condições de segurança necessárias para a realização da prova, dará dois toques breves e consecutivos permitindo a entrada dos pescadores no pesqueiro.

1. Se a interrupção tiver ocorrido durante o período de preparação, os pescadores retomarão de imediato a sua ação, não contando o tempo de interrupção para a duração total do respetivo período.

2. Se a interrupção tiver ocorrido durante a prova, cinco minutos após a autorização de entrada no pesqueiro, será dado um toque que autoriza o início da ação de pesca, não contando o tempo de interrupção para o tempo de duração da prova.

Único) Durante estes cinco minutos o pescador pode preparar todo o seu material e ou sondar, mas não pode engodar.

c) Se após o reatar referido na alínea anterior, voltar a haver a necessidade de nova interrupção, agirá o Júri conforme aí estipulado.

1. Não pode haver mais de duas interrupções.

2. Se houver necessidade de uma terceira interrupção:

i. Se tiverem decorrido pelo menos dois terços da duração total da prova, a mesma será considerada como terminada.

ii. Se tiverem decorrido menos de dois terços da duração total da prova, a mesma será considerada inválida, sendo marcada uma nova prova em sua substituição nos termos do ponto §3.

§3. Se não for possível concluir uma prova, a mesma será marcada pelo Presidente da Área de Água Doce da Federação, devendo:

- a) Caso o mesmo local esteja livre e reúna as condições necessárias, será marcada para o fim de semana seguinte.
- b) Se no praxo referido na alínea anterior o mesmo local não estiver livre ou não reunir as condições necessárias, será marcada em local e data considerados por convenientes.

ARTº 17 - PESAGEM

§1. O ato de pesagem dos exemplares válidos capturados, deve ser efetuado por uma equipa de dois elementos do Júri. Na impossibilidade por parte deste, tal procedimento será assegurado por um elemento do Júri e pelo pescador situado no pesqueiro de número mais baixo dentro de cada sector ou pelos dois pescadores situados nos pesqueiros de número mais baixo dentro de cada sector. Um dos elementos procederá à pesagem e o outro tomará nota dos pesos nas respetivas fichas de pesagem.

§2. A ficha de pesagem, tem obrigatoriamente que ter duas vias, em papel com propriedades copiativas, em que o duplicado, seja cópia fiel e integral de tudo o que seja aposto no original. Depois de efetuados todos os procedimentos de cada pesagem, o responsável pela anotação dos pesos nas respetivas fichas de pesagem, guardará para si o original, que entregará posteriormente ao Júri e entregará o duplicado ao pescador.

§3. A pesagem será efetuada utilizando balanças com uma gradação não superior a vinte gramas.

§4. Os arredondamentos serão sempre efetuados para a fração superior.

§5. Todos os pescadores têm que se apresentar à equipa de pesagem, e entregar a totalidade dos exemplares válidos capturados, não se podendo recusar a tal. Pescador que por motivo de força maior necessite de se ausentar antes do término da competição, terá que informar o Júri, que pode ou não aceitar a justificação.

Único) Se o pescador se ausentar antes do término da competição, devidamente autorizado pelo Júri, a sua manga com o respetivo peixe terá que ficar dentro de água, só podendo o peixe ser pesado no final da prova, quando o mesmo acontecer com os restantes competidores.

§6. A manga contendo os exemplares válidos capturados, só deve ser retirada de dentro de água pelo pescador, quando tudo já estiver pronto para proceder à pesagem. O pescador tem obrigatoriamente que assistir ao ato de pesagem para certificação do peso dos exemplares válidos capturados e assinar a respetiva ficha de pesagem, ato findo o qual, não haverá possibilidade de reclamação sobre a pesagem.

§7. No ato de pesagem, os exemplares válidos devem ser retirados da manga para uma rede especial, com malha igual ou inferior a 1 cm, rede esta colocada dentro de um balde de medida igual ou superior a 25 litros, para evitar a queda dos exemplares para o terreno. Este processo permitirá a eliminação da água excessiva e outros produtos que possam interferir na pesagem final (iscos, areia, pedras, etc). Só após este processo, os exemplares podem ser transferidos para o recipiente/saco de pesagem. Este processo é obrigatório em todas as Provas dos Nacionais. Nas provas Regionais, a adoção deste procedimento é facultativo.

§8. Pescador que não tenha capturado nenhum exemplar válido, tem que apresentar a respetiva ficha de pesagem, onde deverá ser anotado “zero” ou “grade”, devendo em seguida o pescador assiná-la, ato findo o qual, não haverá possibilidade de reclamação sobre a pesagem.

§9. Quando for(em) apresentado(s) à pesagem exemplares válidos capturados de pequeno tamanho, que não chegue(m) a registar nada na escala da balança (peso assinalado igual a zero), o peso a atribuir será o da mais baixa fração da gradação da balança.

§10. Após a pesagem dos exemplares válidos capturados, estes devem retornar para dentro da manga, a qual deverá imediatamente ser colocada dentro de água de modo a preservá-los em boas condições. Esta situação, visa unicamente que em caso de avaria da balança durante o processo de pesagem, sendo necessária a sua substituição, todos os pescadores vejam os seus exemplares válidos capturados, pesados com uma mesma e única balança. Nesta situação, proceder-se-á à anulação de todas as pesagens do sector entretanto já efetuadas pela balança substituída, sendo os exemplares capturados válidos de todos os pescadores do sector, pesados pela nova balança.

§11. Após terminada a pesagem do sector e não tendo havido qualquer avaria da balança, o indivíduo encarregue de proceder à pesagem, dará indicação para que os exemplares capturados sejam devolvidos ao seu meio ambiente, operação que deverá ser efetuada com cuidado de modo preservá-los.

§12. Sempre que algum exemplar suscite dúvidas, o responsável pela pesagem deve:

- a) Se a dúvida for quanto ao estado de conservação:
 - a) Mencionar o facto na ficha de pesagem, facto que deverá ser assinado por si e pelos dois pescadores que se encontrem mais próximos do pescador protestado;
 - b) Proceder à pesagem de todos os exemplares, incluindo o exemplar duvidoso;
 - c) Proceder à pesagem de todos os exemplares, excluindo o exemplar duvidoso;
 - d) Reter o exemplar duvidoso para ser presente e analisado em reunião de Júri;
 - e) Prestar todos os esclarecimentos tidos como necessários pelo Júri.
- b) Se a dúvida for relativa a um exemplar protestado por infração ao mencionado nos pontos §16., §28., §29 e §30. do ARTº 15:
 - a) Mencionar o facto na ficha de pesagem, facto que deverá ser assinado por si, pelo autor do protesto e por dois pescadores que não tenham qualquer afinidade familiar nem sejam do mesmo clube do protestante;
 - b) Proceder à pesagem de todos os exemplares, incluindo o exemplar duvidoso;
 - c) Pesagem do maior exemplar. Caso não exista um maior exemplar, visivelmente identificável, o responsável pela pesagem deverá escolher um de entre o lote dos maiores;
 - d) Prestar todos os esclarecimentos tidos como necessários pelo Júri.

Único: *“No cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 112/2017, de 6 de setembro e na Portaria n.º 360/2017, de 22 de novembro, as espécies de devolução proibida não podem ser mantidas ou transportadas vivas, exceto durante a retenção em manga efetuada entre a sua captura e a pesagem realizada no final da prova, e após esta são depositadas em sacos a fornecer pela organização, a fim de ser dado o destino achado por conveniente”.*

ARTº 18 – PONTUAÇÃO

§ÚNICO. A cada grama de exemplares válidos pesados, corresponde um ponto.

ARTº 19 – CLASSIFICAÇÃO – PROVAS DE CLUBES

§1. A classificação faz-se por sector e pelo maior peso de exemplares válidos capturados, sendo atribuído um ponto ao primeiro classificado, dois pontos ao segundo classificado e assim sucessivamente.

§2. Em caso de igualdade de peso, no mesmo sector, os pescadores considerados marcarão um número de pontos equivalente à média dos lugares que iriam ocupar.

EXEMPLO:

Pescador A	1,800	6º lugar
Pescador B	1,800	7º lugar
Pescador C	1,800	8º lugar
		<u> </u>
Total - 21 pontos		

21 pontos a dividir por 3 pescadores = 7 pontos

Portanto neste exemplo, a cada um destes três pescadores seriam atribuídos sete pontos.

§3. Aos pescadores sem exemplares válidos capturados (grade) serão atribuídos, um número de pontos equivalente ao valor médio dos lugares não atribuídos no mesmo sector.

EXEMPLO:

Num sector com oito pescadores, cinco deles fizeram capturas ocupando os cinco primeiros lugares, os restantes, sexto a oitavo não efetuaram qualquer captura válida, então teremos:

$$\frac{6+8}{2} = 7$$

Portanto neste exemplo, a cada pescador que não fez capturas, seriam atribuídos sete pontos.

§4. A classificação coletiva resulta do somatório das pontuações correspondentes às classificações individuais obtidas pelos seus componentes em cada sector, conforme estipulado em §1.

§5. A cada pescador do Clube que falte a uma prova, será atribuída uma pontuação igual ao número de pescadores presentes na maior zona até então, acrescido de uma unidade.

- a) Nos termos do §10. do ARTº 9, para o clube se classificar numa prova, não poderá ter mais do que um pescador em falta na mesma.
- b) Se o clube faltar a uma prova ou não tiver na mesma os pescadores mínimos necessários previstos no §10. do ARTº 9 para se classificar, ser-lhe-ão atribuídos tantos pontos como os resultantes do numero de setores do campeonato multiplicado pela pontuação atribuída à falta.
- c) Desclassificação de um concorrente, será atribuída a classificação do nº de pescadores no maior setor , acrescida da pontuação de mais quinze pontos .

EXEMPLO:

Num setor com oito pescadores, seis deles fizeram capturas ocupando os seis primeiros lugares, o sétimo não efetuou qualquer captura, será atribuído, sete pontos e a desclassificação oito mais quinze pontos.

§6. A classificação final do Campeonato resultará do somatório das pontuações da totalidade dos pescadores de cada clube obtidas na totalidade das provas, correspondendo o menor somatório à melhor classificação.

§7. Se no final do campeonato existirem clubes com o mesmo número de pontos, o critério sequencial de desempate será:

- 1º Pela melhor classificação dos clubes empatados numa das provas e assim sucessivamente (menor número de pontos dos clubes empatados numa das provas);
- 2º Pelo somatório do peso dos exemplares válidos capturados em todas as provas;
- 3º Pelo maior peso de exemplares válidos capturados em uma das provas e assim sucessivamente.

ARTº 20 – CLASSIFICAÇÃO – PROVAS INDIVIDUAIS

§1. A classificação faz-se por sector e pelo maior peso de exemplares válidos capturados, sendo atribuído um ponto ao primeiro classificado, dois pontos ao segundo classificado e assim sucessivamente.

§2. Independentemente do motivo, (setor incompleto quando do sorteio, falta, abandono de pescador, ou outro), na eventualidade de existir um ou mais sectores com menos pescadores que o(s) restante(s), a classificação destes será obtida entre si e os pescadores mais próximos (em número que no total perfaça o máximo do(s) restante(s) setor(es) do sector imediatamente anterior, conforme § 2 do artº.9.

Exemplo:

Prova com 22 pescadores
Sector A 8 pescadores
Sector B 6 pescadores
Sector C 8 pescadores

Para obtenção da classificação dos pescadores do sector B, estes (6) farão grupo com os (2) pescadores que lhe estejam mais próximos do sector imediatamente anterior (sector A) nos termos do § 1.

§3. Em caso de igualdade de peso, no mesmo sector, os pescadores considerados marcarão um número de pontos equivalente à média dos lugares que iriam ocupar.

EXEMPLO:

Pescador A	1,800	6º lugar
Pescador B	1,800	7º lugar
Pescador C	1,800	8º lugar
		<u> </u>
Total - 21 pontos		

21 pontos a dividir por 3 pescadores = 7 pontos

Portanto neste exemplo, a cada um destes três pescadores seriam atribuídos sete pontos.

§4. Aos pescadores sem exemplares válidos capturados (grade) serão atribuídos, um número de pontos equivalente ao valor médio dos lugares não atribuídos no mesmo sector.

EXEMPLO:

Num sector com oito pescadores, cinco deles fizeram capturas ocupando os cinco primeiros lugares, os restantes, sexto a oitavo não efetuaram qualquer captura válida, então teremos:

$$\frac{6+8}{2} = 7$$

Portanto neste exemplo, a cada pescador que não fez capturas, seriam atribuídos sete pontos.

§5. Sempre que numa prova existam sectores com grades, a pontuação máxima a atribuir, em todos os sectores, será igual à pontuação da menor grade.

EXEMPLO:

- Sector A – 8 pescadores – 3 grades – pontuação dos pescadores com grade – 7 pontos
- Sector B – 8 pescadores – 0 grades – pontuação dos pescadores com grade – não se aplica
- Sector C – 8 pescadores – 5 grades – pontuação dos pescadores com grade – 6 pontos

Portanto neste exemplo:

- a) Aos pescadores classificados em 5º dos sectores A e B (com exemplares válidos capturados), seriam atribuídos cinco pontos;
- b) Aos pescadores classificados em 6º, 7º e 8º do Sector A (sem exemplares válidos capturados), seriam atribuídos seis pontos (valor da grade não da sua zona, mas sim o valor da grade da zona C);
- c) Aos pescadores classificados em 6º, 7º e 8º do Sector B (com exemplares válidos capturados), seriam atribuídos seis pontos;
- d) Aos pescadores classificados em 4º, 5º, 6º 7º e 8º do Sector C (sem exemplares válidos capturados), seriam atribuídos seis pontos (valor da grade da sua zona).

§6. Ao pescador que falte a uma prova será atribuída uma pontuação igual ao número de pescadores presentes na maior zona até então, acrescido de uma unidade.

§7. A classificação final do Campeonato resultará do somatório das classificações obtidas na totalidade das provas, correspondendo o menor somatório à melhor classificação.

§8. Se no final do campeonato existirem pescadores com o mesmo número de pontos, o critério sequencial de desempate será:

- 1º Menor número de faltas;
- 2º Pela melhor classificação numa das provas e assim sucessivamente;
- 3º Pelo somatório do peso dos exemplares válidos capturados em todas as provas;
- 4º Pelo maior peso de exemplares válidos capturados em uma das provas e assim sucessivamente.

ARTº 21 – PENALIDADES – PROVAS DE CLUBES

§1. Sempre que o Júri observe uma infração ao regulamentado, deverá tratando-se de uma falta que dê origem ao estipulado no ponto §5., avisar o infrator de modo a este não reincidir. No caso de se tratar de uma reincidência ou de uma falta punível pelo ponto §6., deverá de imediato advertir o pescador da mesma e registar o facto na ficha de pesagem do pescador ou em impresso próprio. Este registo deverá ser assinado por ambas as partes.

§2. Sempre que um pescador constate uma infração ao regulamentado por parte de um adversário, deverá chamar o Júri para este tomar conta da ocorrência. Na ausência do Júri por perto, tratando-se de uma falta que dê origem ao estipulado no ponto §5., deverá advertir lealmente o infrator de modo a este não reincidir. No caso de se tratar de uma reincidência ou de uma falta punível pelo ponto §6., deverá apresentar ao Júri participação por escrito, nos termos do preceituado no ARTº 13 do Regulamento Administrativo para a Competição.

Único) Se o pescador for menor de idade, as ações previstas neste ponto caberão ao seu treinador ou dirigente do seu clube que o acompanhe na prova.

§3. Os delegados de Clubes com pescadores que tenham sido protestados, devem de imediato ser informados de tal facto pelo Júri, já que tal como todos os pescadores que tenham sido advertidos pelo Júri, deverão

comparecer obrigatoriamente perante o Júri, de modo a poder efetuar a sua defesa. A sua não comparência (do pescador e do delegado), será tida como uma renúncia ao direito de defesa, assumindo a sua culpabilidade.

Único) Se o pescador for menor de idade, as ações previstas neste ponto caberão ao pescador acompanhado do seu treinador ou dirigente do seu clube que o acompanhe na prova.

§4. Incorrem na penalidade de cinco pontos a adicionar à pontuação da falta à prova, de cada um dos pescadores em falta do clube que:

a) Tenham confirmado a sua presença nos termos do ponto §9. do ARTº 9, e esta não se venha a confirmar.

§5. Incorrem na penalidade de cinco pontos a adicionar à pontuação da prova, os pescadores que:

- a) Violam o preceituado no ponto §3. do ARTº 9;
- b) Violam o preceituado nos pontos §16., §30., §31. e §36. do ARTº 15;
- c) Violam o preceituado no ponto §8. do ARTº 17.

§6. Incorrem na penalidade de atribuição de cartão amarelo, conforme os termos do preceituado no ARTº 23, os pescadores que:

- a) Violam o preceituado nos pontos §2. do ARTº 5;
- b) Violam o preceituado nos pontos §1., §3. e §5. do ARTº 7;
- c) Violam o preceituado nos pontos §1., §2. e §3. do ARTº 11;
- d) Violam o preceituado no ponto §7. do ARTº 12;
- e) Violam o preceituado nos pontos §1., §6., §8. e §10. do ARTº 13;
- f) Violam o preceituado nos pontos §7., §11., §13., §14., §35 e §36. do ARTº 15;
- g) Violam o preceituado no ponto §6. do ARTº 17;

§7. Incorrem na penalidade de desclassificação na prova os pescadores que:

- a) Violam o preceituado no ponto §3. do ARTº 2;
- b) Violam o preceituado no ponto §2. do ARTº 3;
- c) Violam o preceituado nos pontos §1., §2., §3., §4., §5., §6. e §8. do ARTº 12;
- d) Violam o preceituado no ponto §11. do ARTº 13;
- e) Violam o preceituado nos pontos §3., §9., §10., §12., §15., §17., §18., §19., §20., §21., §22., §23., §24., §25., §28., §29, §32., §33. e §34. do ARTº 15;
- f) Violam o preceituado no ponto §2. do ARTº 16;
- g) Violam o preceituado no ponto §5. do ARTº 17;

ARTº 22 – PENALIDADES – PROVAS INDIVIDUAIS

§1. Sempre que o Júri observe uma infração ao regulamentado, deverá tratando-se de uma falta que dê origem ao estipulado no ponto §5., avisar o infrator de modo a este não reincidir. No caso de se tratar de uma reincidência ou de uma falta punível pelo ponto §6., deverá de imediato advertir o pescador da mesma e registar o facto na ficha de pesagem do pescador ou em impresso próprio. Este registo deverá ser assinado por ambas as partes.

§2. Sempre que um pescador constate uma infração ao regulamentado por parte de um adversário, deverá chamar o Júri para este tomar conta da ocorrência. Na ausência do Júri por perto, tratando-se de uma falta que dê origem ao estipulado no ponto §5., deverá advertir lealmente o infrator de modo a este não reincidir. No caso de se tratar de uma reincidência ou de uma falta punível pelo ponto §6., deverá apresentar ao Júri participação por escrito, nos termos do preceituado no ARTº 13 do Regulamento Administrativo para a Competição.

Único) Se o pescador for menor de idade, as ações previstas neste ponto caberão ao seu treinador ou dirigente do seu clube que o acompanhe na prova.

§3. Os pescadores que tenham sido protestados, devem de imediato ser informados de tal facto pelo Júri, já que tal como todos os pescadores que tenham sido advertidos pelo Júri, deverão comparecer obrigatoriamente perante o Júri, de modo a poder efetuar a sua defesa. A sua não comparência será tida como uma renúncia ao direito de defesa, assumindo a sua culpabilidade.

Único) Se o pescador for menor de idade, as ações previstas neste ponto caberão ao pescador acompanhado do seu treinador ou dirigente do seu clube que o acompanhe na prova.

- §4.** Incorrem na penalidade de cinco pontos a adicionar à pontuação da falta à prova, os pescadores que:
Único) Tenham confirmado a sua presença nos termos do ponto §3. do ARTº 10, e esta não se venha a confirmar.
- §5.** Incorrem na penalidade de cinco pontos a adicionar à pontuação da prova, os pescadores que:
a) Violam o preceituado nos ponto §8. do ARTº 17.
b) Violam o preceituado nos pontos §16., §30., §31. e §36. do ARTº 15;
c)
- §6.** Incorrem na penalidade de atribuição de cartão amarelo, conforme os termos do preceituado no ARTº 23, os pescadores que:
a) Violam o preceituado no ponto §2. do ARTº 5;
b) Violam o preceituado nos pontos §1. e §5. do ARTº 7;
c) Violam o preceituado nos pontos §1., §2. e §3. do ARTº 11;
d) Violam o preceituado no ponto §7. do ARTº 12;
e) Violam o preceituado nos pontos §1., §6., §8., §9., e §10. do ARTº 13;
f) Violam o preceituado nos pontos §7., §11., §13., §14., §35 e §36. do ARTº 15;
g) Violam o preceituado no ponto §6. do ARTº 17.
- §7.** Incorrem na penalidade de desclassificação na prova os pescadores que:
a) Violam o preceituado no ponto §2. do ARTº 3;
b) Violam o preceituado nos pontos §1., §2., §3., §4., §5., §6. e §8. do ARTº 12;
c) Violam o preceituado no ponto §11. do ARTº 13;
d) Violam o preceituado nos pontos §3., §9., §10., §15., §17., §18., §19., §20., §21., §22., §23., §24., §25., §28., §29, §32., §33. e §34. do ARTº 15;
e) Violam o preceituado no ponto §2. do ARTº 16;
f) Violam o preceituado no ponto §5. do ARTº 17;

ARTº 23 – ADVERTÊNCIA/PENALIZAÇÃO VIA CARTÃO AMARELO – ORGÂNICA

- §1.** Para os casos de penalidades previstos no ponto §6 dos ARTº 21 e ARTº 22, é introduzida a figura de atribuição de Cartão Amarelo, sistema a que todos os pescadores ficam sujeitos.
- §2.** Nas provas de clubes, um cartão atribuído a um pescador é automaticamente transferido para o respetivo Clube, sendo que, neste caso, será o número e designação do clube a inscrever na lista de penalizados.
- §3.** Uma primeira penalização, denominada de cartão amarelo, é considerada advertência, não dando origem a qualquer penalidade refletida em pontos. Um cartão amarelo é valido até ao final da época seguinte, exceto se durante esse período o pescador/clube sofrer uma segunda ou mais penalizações, conforme referido no §4 e §5.
- §4.** A eventual segunda penalização com um cartão amarelo, durante o prazo estipulado no número anterior, é considerada como negligência e traduz-se num cartão vermelho, dando origem a uma penalidade de cinco pontos, a adicionar à pontuação da prova em que o mesmo foi atribuído. Com a atribuição do segundo cartão amarelo e consequente cartão vermelho, o registo de cartões amarelos pendentes é anulado, passando a zero.
- §5.** Nas provas individuais, a partir da segunda penalização e, nas provas de clubes, a partir da quarta penalização, toda e qualquer advertência posterior é sancionada automaticamente com 10 pontos, desde que ocorram durante a época desportiva em curso. Neste caso, não há transição de cartões amarelos para as épocas seguintes.
- §6.** No portal da FPPD, será exposto publicamente o seguinte:
a) Advertências que ocorram durante a época, quer individuais, quer coletivas;
b) Advertências pendentes que transitem para as épocas seguintes;
c) Nos casos individuais, nome, número de filiado, e clube a que pertence;
d) Nos casos coletivos, designação, e respetivo número de filiado.
- §7.** Para os efeitos de atribuição de penalização via cartão, não é necessário que o Júri à prova tenha conhecimento de penalizações anteriores. A responsabilidade de conhecimento é do Pescador, do Clube e da FPPD, entidade que procederá à atribuição das penalizações, após comunicação inscrita no relatório da prova.
- §8.** Durante uma época desportiva, não há limite de atribuição de cartões a um pescador e/ou clube.

ARTº 24 – DOPING

§ ÚNICO. Todos os pescadores participantes nestes Campeonatos estão sujeitos a controlo Anti-Doping, à responsabilidade da ADoP.

ARTº 25 – RESOLUÇÃO DE CASOS OMISSOS

§ ÚNICO – Os casos omissos, serão resolvidos pontualmente, para cada caso concreto, por deliberação da Direção da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, sob proposta do Vice-Presidente para a Área de Água Doce, com base nas regras da FIPS-ed, respeitando-se tal deliberação até à revisão do presente regulamento.

ARTº 26 – ENTRADA EM VIGOR DO PRESENTE REGULAMENTO

§ ÚNICO. O presente Regulamento entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 2018, revogando todos os anteriores.